

A REFORMA MONETÁRIA ALEMÃ E O PLANO COLLOR

*Voltaire Schilling**

Nosso país continua nos surpreendendo. Há pouco tempo atrás, o Ministro da Fazenda do Governo anterior alertava a Nação para os perigos de resvalarmos no despenhadeiro de uma hiperinflação nos moldes daquela que flagelou os alemães em 1923, durante a República do Weimar (1918-33). Prognósticos sombrios começaram então a ser feitos, e até embriões totalitários foram vistos emergir aqui e ali, tal como ocorreu com a infeliz república germânica dos anos 20.

Atualmente, como num passe de mágica, tudo mudou. O medo de repetir a catástrofe hiperinflacionária foi superada pelo seu oposto. Esperamos agora, nada mais nada menos, do que repetir o "milagre alemão", cujo ponto de partida foi a **Währungsreform**, a Reforma Monetária, de 1948.

Primeiro nos ameaçaram com os alemães falidos de 1923, agora não deixam por menos: seremos em breve alemães prósperos do após 1948.

Dado que aquela reforma muito tem interessado à opinião pública em geral, acredito ser oportuno alinhar algumas das suas implementações, bem como ressaltar a principal diferença daquela que foi aplicada entre nós a partir da posse do Presidente Fernando Collor de Mello.

Em 1948, a atual Alemanha Ocidental não passava de um conglomerado de zonas de ocupação, as **Besatzungszone**, controladas pelos comandos militares ingleses, franceses e americanos. Foi o acirramento da guerra fria que fez com que os aliados ocidentais resolvessem transformá-las num país e colocá-lo ao seu lado no enfrentamento com Moscou. No colossal embate que se avizinhava, era necessário estabelecer urgentemente a recuperação econômica da Europa destruída pela guerra de 1939-45. Foi assim que os norte-americanos, os únicos que saíram intactos da guerra, promoveram uma espetacular recuperação dos países atingidos pela guerra através da aprovação do Plano Marshall em 1947.

* Historiador.

A primeira providência a ser tomada então era eliminar o dinheiro velho alemão, o Reichmark (RM), dos tempos de Hitler, pois o dinheiro pode não ter cheiro nem senso ético, mas tem história. Na construção de uma nova Alemanha, era fundamental a criação de um novo marco, o Deutschemark (DM). A aplicação da reforma foi feita pelas autoridades aliadas com escassa participação alemã. Todo o dinheiro depositado nos bancos, em qualquer tipo de conta corrente ou títulos, foi declarado sem valor. Cada depositante, em troca, recebeu uma quantia de 40 DMs e três meses depois pôde sacar mais 20 DMs. Não importou qual fosse o montante do depósito, todos receberam a mesma parcela da moeda nova. Toda a dívida pública interna do antigo Reich foi cancelada. Quem tivesse os velhos marcos nas mãos e desejasse trocá-los poderia fazê-lo tendo que aceitar apenas 6,5 DMs para 100 marcos antigos. Aqueles que tinham feito fortuna com o mercado negro perderam tudo, tal como se espera entre nós, talvez ingenuamente, que os especuladores também padeçam.

Seguia-se até então um padrão rigidamente monetarista; primeiro limpa-se o dinheiro, depois se aguardam os acontecimentos. Os preços, devido à dupla escassez, de produtos e de dinheiro, foram então para as nuvens. A resposta dos trabalhadores não tardou: em novembro de 1948, nove milhões deles fizeram uma greve de advertência de 24 horas contra o Plano. Mas a abolição do racionamento estimulou enormemente a produção industrial; e os salários, mesmo bloqueados, permitiam a satisfação das necessidades básicas, e todos se sentiram psicologicamente aliviados quando puderam ver as mercadorias de volta às vitrines e às prateleiras, depois de terem passado três anos (1945-48) sob administração racionada e por vezes famintos.

O lugar-tenente alemão da aplicação do Plano Aliado foi Ludwig Ehrard, antigo Diretor da Administração da Economia da Zona de Ocupação Anglo-Americana. Num primeiro momento, sua cabeça foi posta a prêmio pelo líder da social-democracia, Kurt Schumacher, mas um ano depois o sucesso era espantoso, e Ehrard pavimentava sua carreira rumo à chancelaria que ocupou entre 1963-66, passando à História como um dos pais do "milagre alemão".

Mas o sucesso do reerguimento germânico não se devia apenas à chegada dos quase dois bilhões de dólares do Plano Marshall que lastrearam inicialmente o Deutschemark, nem ao habitual receituário monetarista, mas, sim, àquilo que se denominou "economia social de mercado". Segundo seus ditames, o progresso material pode ser assegurado obedecendo simultaneamente às leis da acumulação, por um lado, e, por outro, às da distribuição. Respeitavam-se as leis do mercado desde que estas não ferissem os interesses coletivos ou acentuassem as desigualdades sociais. Os conservadores do Partido Democrata Cristão (CDU), que governaram o país por um largo período, haviam admitido no Programa de Ahlen, em fevereiro de 1947,

uma série de medidas que iam da socialização da exploração das minas e das indústrias-chave até a reforma agrária e direitos de co-gestão e intervencionismo estatal.

A sorte dos alemães foi que sua direita selvagem foi exterminada pela guerra e pela política de ocupação que se seguiu, e seus sobreviventes mais notórios estavam enjaulados em Spandau, a prisão-fortaleza de Berlim. Como podemos observar, um tanto diferente da nossa realidade política.

A pergunta angustiante que todo e qualquer observador faz em relação ao Plano Collor é: qual o lastro para calçar o retorno do cruzeiro? Não existe no horizonte próximo nenhum afrouxamento da dívida externa por parte do sistema financeiro internacional, nenhum empréstimo-socorro chegando por telex, nenhuma promessa de abrandamento das regras do Fundo Monetário Internacional. O único suporte do cruzeiro é a confiança que o Presidente poderá inspirar à sociedade brasileira. Na verdade, não nos transformamos em alemães, mas, sim, em muçulmanos: Ou se crê, ou se morre!